

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.769.930 - ES (2020/0258126-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ

AGRAVANTE : OLOGIO SANTOS RANGEL

ADVOGADO : GUSTAVO BRAGATTO DAL PIAZ - ES011293

AGRAVADO : ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

PROCURADORE : ELAINE PEREIRA DA SILVA - ES010625

S

RODRIGO LORENCINI TIUSSI - ES015729

**TATIANA CLAUDIA SANTOS AQUINO MADRUGA -
ES016156**

DECISÃO

ida-se de agravo apresentado por OLOGIO SANTOS RANGEL contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, assim resumido:

AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL
GRATUIDADE DA JUSTIÇA DECLARAÇÃO DE
POBREZA PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE.

Quanto à controvérsia trazida aos autos, alega violação dos arts. 98, § 1º, I, II e VIII, e 99 do CPC, no que concerne ao direito à gratuidade da justiça, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Através da farta documentação apresentada pelo recorrente, que é idoso, apresenta grandes gastos com saúde, remédios e outros mais decorrentes da idade já avançada, que não consegue arcar com as despesas processuais, custas, preparo de recursos e outros, sendo notório que R 7.000,00 (sete mil reais) não são suficientes para custear despesas do processo, inviabilizando o acesso da recorrente ao judiciário (fls. 220).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Ao contrário do sustentado pelo agravante, ele foi intimado para comprovar o preenchimento . dos pressupostos para obtenção do benefício da gratuidade de justiça, em conformidade com o art. 99, §2º, parte final, do Código de Processo Civil (fl. 147)), especialmente em razão do indeferimento de tal benesse em

primeiro grau (fl. 23) e do pagamento das custas devidas quando do ajuizamento da ação' (fls. 24 e 26-8); no entanto, no recurso de apelação, sem alegar alteração de situação patrimonial, ele postulou novamente a concessão de assistência judiciária.

Em atendimento ao aludido despacho o agravante apresentou os documentos de fls. 150-4, dos quais se extrai que ele é investigador de polícia (inativo) e percebe proventos líquidos mensais de cerca de R\$7.000,00 (sete mil reais), o que me levou a concluir que não se trata de pessoa pobre no sentido da lei (fls. 210/211).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que o reexame da premissa fixada pela Corte de origem quanto à existência ou não dos requisitos para a concessão da gratuidade de justiça às partes exigiria a incursão no acervo fático-probatório dos autos, o que não é possível em sede de recurso especial.

Nesse sentido, o STJ já decidiu sobre a "inviabilidade de verificar se as partes no caso poderiam ou não serem contempladas pelo benefício da gratuidade de justiça, por demanda reexame de contexto fático-probatório". (AgInt no AREsp 897.498/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 16/8/2016.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.570.272/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 20/5/2020; AgInt no AREsp 1.000.602/RS, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 22/5/2020; AgInt no AREsp 1.564.850/MG, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 4/3/2020; AgInt no AREsp 1.173.115/RS, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 18/4/2018; REsp 1.784.623/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/3/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente